

## Resenhas

### *Economics & utopia: why the learning economy is not the end of history*

Geoffrey M. Hodgson

Londres, Routledge, 1999

Geoffrey Hodgson é um dos mais ativos expoentes da heterodoxia econômica, reconhecido principalmente a partir da publicação de *Economics and institutions*, de 1988. Seu projeto de elaborar elementos para uma economia evolucionária, compreendendo grande número de artigos em vários *journals* e o livro *Economics and evolution* de 1993, refina-se em 1999, numa oportuna hora em que a idéia do neoliberalismo como estágio último da história parece perder sustentação. Com *Economics & utopia* Hodgson clama a retomada da construção do futuro, tentando mostrar a evolução do que ele chama uma “learning economy” — sistemas econômicos cujo cerne dinâmico está cada vez mais baseado em conhecimentos complexos, fracionados, muitas vezes tácitos e contidos em ou exigindo instituições diferentes das presentes no capitalismo como tradicionalmente o vemos.

Na Introdução do livro, Hodgson apresenta os elementos centrais de sua análise: a necessidade de termos uma utopia, não como algo inacessível e sim como uma realidade socioeconômica não existente mas desejável por alguns (p. 4); a importância crescente do conhecimento e do aprendizado na evolução das sociedades, e em especial de seu papel nas relações sociais de produção; e a relevância das instituições na ligação entre os aspectos micro e macro dos fenômenos sociais e, portanto, do comportamento econômico. As discussões do livro giram em torno de cinco pontos principais:

(1) as utopias modernas das esquerdas tradicionais e da direita neoliberal são impraticáveis, e em parte por razões próximas: vêm a natureza do aprendizado e do conhecimento de forma limi-

tada e pouco prezam a variedade estrutural em sistemas complexos;

(2) a história não possui um caminho ou fim pré-ordenado de qualquer espécie;

(3) há cenários plausíveis para o futuro da humanidade, além da dicotomia entre o socialismo ou o capitalismo como fim da história, desdobrando-se a partir do crescimento da produção intensiva em conhecimento;

(4) é sempre possível uma reação da ordem decadente, calcada no contratualismo individualista, mas a inaptidão em lidar com a crescente complexidade e especialização do conhecimento a expõe seriamente a gerar estagnação econômica e desarranjo social;

(5) a teoria econômica se expõe à inutilidade ao não tratar de forma evolucionária os sistemas econômicos. Tanto o *mainstream* neoclássico e a escola austríaca como o marxismo carecem de elementos adequados para vislumbrar cenários possíveis e desejáveis. Para tanto, o institucionalismo de Thorstein Veblen, John Commons e Karl Polanyi seria o instrumental mais apropriado (aliado a *insights* de pensadores como Keynes e Schumpeter).

Na primeira das três partes da obra (“Visions and illusions”), Hodgson utiliza dois capítulos para dar sua explicação para o fracasso (teórico e empírico) das eminentes utopias sócio-econômicas do século XX, ambas alicerçadas em princípios iluministas, principalmente no que se refere à possibilidade de uma organização social uniforme e harmônica (p. 28). O debate do cálculo socialista é levantado e criticado por menosprezar as dificuldades de um agente central reunir, organizar, processar

informações, e dar respostas razoáveis ao sistema. Para tanto, Hodgson não hesita em resgatar idéias de Hayek, a quem criticará em seguida. A idéia do *planejamento democrático* esbarra nos mesmos obstáculos e ressalta ainda outras dificuldades, como as de lidar com o componente tácito do conhecimento e incentivar inovações (sem as quais se corre o risco de atrofia político-social, de incapacidade de enfrentar imprevistos e de aversão e repressão ao novo ou diferente).

Por outro lado, o individualismo absoluto de mercado como utopia, defendido pelas escolas austríaca e neoclássicas, também se mostra infactível. Numa sociedade em que o conhecimento se torna elemento de crescente importância na produção, ficam mais evidentes suas características tácitas e sociais, i. e., há crescente necessidade de integrar conhecimentos especializados para um certo fim e de se confiar no conhecimento acumulado e resguardado em instituições sociais. Por exemplo, um mercado de trabalho livre e flexível desmotivará firmas a qualificar seu pessoal, já que o conhecimento repassado pode facilmente migrar para o mercado. Em outro aspecto, o suposto capitalismo puro do individualismo de mercado na verdade se apóia em instituições não-mercado, como firmas e famílias. Ainda mais, o argumento usual de que o individualismo de mercado é o maior motor de diversidade da história só pode se aplicar à diversidade de produtos, já que parece partir do princípio de uma comum e uniforme cultura pecuniária, não admitindo pluralismo.

Na parte II do livro (“The blindness of existing theory”), Hodgson analisa o que falam diferentes escolas a respeito de três grandes temas: (1) em que medida as teorias abordadas se sustentam em hipóteses universais ou específicas; (2) a consideração de relações não-mercado pelas mesmas; e (3) suas concepções de ligação entre os agentes individuais e a estrutura social. O propósito é preparar o terreno para decretar a continuidade da história. São três capítulos a analisar tais questões, em ordem, no *mainstream* neoclássico e na escola austríaca, no marxismo, e no institucionalismo. Para Hodgson, as respostas dos primeiros ficam muito aquém de satisfatórias. Já o marxismo, embora angarie a simpatia de Hodgson por suas detalhadas explicações do capitalismo e historicidade para com o passado, incomoda por conter um determinismo universal para com o futuro ao também decretar um fim para a história, negando o poder do homem em construir-lo. As formas atuais de capitalismo apresentam um espectro mais variado de relações sociais e instituições do que se podia imaginar à época de Marx e cenários varia-

dos podem se desdobrar a partir de causalidades cumulativas. Tais variedade e desdobramentos só podem ser entendidos e analisados numa óptica evolucionária sem procurarmos um fim (pré-determinado ou não). Não se pode abrir mão das especificidades culturais e institucionais dos sistemas sócioeconômicos, e do “princípio da impureza” (todo sistema deve conter ao menos um subsistema estrutural dissimilar para funcionar e lidar com mudanças) considerados no institucionalismo. As instituições como unidade de análise podem fornecer um objeto parcialmente estável e culturalmente variável a permitir a perseverança das utopias e rechaçar recorrentes apelos ao fim da história (p. 143). O autor não alega haver no futuro algo melhor ou pior que o capitalismo e que possa ser descrito num manual, mas sim que haverá algo diferente e é bom adequar nosso instrumental analítico para semear os cenários do futuro.

A parte III do livro (“Back to the future”) é a mais construtiva e inovadora e, portanto, a menos detalhada nesta resenha. Claro, isso é um convite à leitura. Nos cinco capítulos finais, Hodgson tenta detectar elementos estranhos ao capitalismo como o conhecemos. Ele ressalta a crescente importância do conhecimento complexo nos processos produtivos como fator de mudanças não-triviais nas relações empregatícias. Lidar com o conhecimento e com a informação através dos mercados parece problemático, se se imagina a radicalização do individualismo contratual e a busca da definição nanométrica dos direitos de propriedade. Afinal, informações codificáveis podem ser reproduzidas e distribuídas por seu comprador, continuam em mãos do vendedor após vendidas e não se pode saber seu valor até que se as tenha comprado (p. 191). Além do imperfeito sistema de patentes, quem melhor poderá julgar ou delimitar a propriedade do conhecimento ou defini-lo estritamente? E isso vale para o contrato de trabalho envolvendo trabalho intensivo em conhecimento tácito e/ou social. Em muitos casos, vê-se a fronteira entre concepção e execução ser atenuada, aumentando o grau de controle das atividades produtivas pelo trabalhador; isso parece conter um contrato com alguém auto-empregado, e não um contrato de emprego capitalista clássico. Para Hodgson esse é um exemplo de mudança nas relações sociais de produção que em algum grau nos afasta do capitalismo como o conhecemos (p. 208).

No capítulo 9, Hodgson projeta sete cenários a partir de variações em seis elementos cruciais: (1) tecnologias e organização da produção; (2) propriedade das unidades produtoras; (3) importância da propriedade dos meios físicos de produção; (4)

significado estratégico do controle de validação das informações; (5) controle *de facto* do processo produtivo; e (6) modo típico de controle e administração da produção. Pela importância dada ao conhecimento e à informação, no capítulo 10 o autor sugere uma medida de desenvolvimento dos sistemas econômicos: um estoque de qualificações e competências, a delinear uma *fronteira de aprendizado*. Quanto mais rápido se forma uma habilidade em uso, mais se afasta da origem a *fronteira*. Esse é um passo ousado. Hodgson admite haver problemas de agregação, embora não maiores do que os enfrentados pelos indicadores de riqueza hoje usados. O capítulo final (“Some normative and policy issues”) pareceria dever contar com proposições desafiadoras. Não é o que acontece. Porém, não se pode julgar isso frustrante, ou estaríamos a refutar a própria lógica do pensamento institucionalista. Proposições normativas e de política para

uma *evotopia* (p. 255) dependem de detalhes históricos e empíricos de cada sistema socioeconômico. Assim, Hodgson traz sugestões para a Inglaterra, indo contra o reacionarismo da era Thatcher e dando crédito à nova esquerda britânica.

Por fim, o esforço intelectual da construção dos cenários alternativos tem vários méritos. São exercícios de consistência e coerência para reanimar o pensamento crítico no nível meta-utópico. Se os cenários projetados vão ou não se realizar é secundário, como diz o próprio Hodgson (p. 262). O mais relevante, embora simples, é lembrarmos que, afinal, a maior regularidade já vista na história da humanidade é a mudança.

Huáscar Fialho Pessali

Professor do Departamento de Economia  
da Universidade Federal do Paraná

### *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas acabou?*

Adalberto Moreira Cardoso

Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999

*Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal* é um livro sobre a estrutura sindical brasileira e suas perspectivas de reforma, já que “pela primeira vez em nossa história, atores centrais do sistema nacional de relações do trabalho parecem realmente convencidos de que é necessário reformar a estrutura sindical corporativa e a legislação trabalhista” (p. 17).

O autor inicia o livro procurando mostrar que esse aparente consenso encobre diferenças no rumo que os diversos agentes econômicos querem imprimir à reforma. Enquanto empresários e governo federal buscam flexibilizar e desregular o mercado de trabalho, trabalhadores e sindicalistas visam democratizá-lo através da disseminação da atuação no interior das empresas e de maior autonomia frente à tutela estatal.

Com este pano de fundo, Cardoso apresenta uma breve descrição do arcabouço institucional vigente no país (CLT + Constituição Federal). Discute também o surgimento do novo sindicalismo a partir das greves de 1978, mostrando que, apesar de originado no interior da estrutura sindical oficial, esse movimento introduziu inovações importantes, entre elas: (a) tentativa de organizar os trabalhadores no local de trabalho; (b) ampliação

do conteúdo das pautas de reivindicação apresentadas nas negociações coletivas; e (c) autonomia inicial frente a partidos políticos.

O capítulo seguinte aprofunda a discussão mostrando que, a despeito da permanência do arcabouço institucional corporativista, o movimento sindical renovou-se significativamente. Utilizando dados das pesquisas sindicais do IBGE, o autor mostra que:

(a) A fragmentação dos sindicatos não indica somente pulverização de interesses. Existe uma correlação entre a organização dos trabalhadores para intervir na vida política e social brasileira e o ritmo de criação de sindicatos;

(b) Apesar da pecha de “sindicalismo de porta de fábrica”, a organização no local de trabalho (OLT) difundiu-se ao longo da década de 80;

(c) A Justiça do Trabalho tem uma atuação primordial de mediadora, e não de árbitro nos conflitos trabalhistas. Somente 5,3% do total de negociações coletivas em 1992 transformaram-se em sentenças normativas;

(d) A despeito da garantia da receita do imposto sindical, a principal fonte de receita dos sindicatos brasileiros vem da contribuição associativa; e

(e) A esmagadora maioria dos sindicatos bra-

sileiros não dispunha de médicos, advogados ou assessores econômicos em 1988, ou seja, não se pode falar em sindicalismo assistencialista. Também não se pode apelar para a idéia da subcontratação, pois esta é um fenômeno recente, posterior aos dados apresentados.

Outro indício desse processo de renovação é a criação das centrais sindicais.

No terceiro capítulo, Cardoso discute a adequação da taxa de filiação como mecanismo de aferição da representatividade sindical. No caso brasileiro, onde não se necessita filiar adeptos para auferir receita, nem para ampliar a cobertura das convenções coletivas, a filiação não é uma boa medida para a representatividade.

“Como no Brasil a filiação sindical é desnecessária, ‘contar cabeças’ só seria medida exaustiva da representatividade dos sindicatos se pudéssemos demonstrar que os filiados são sempre e substancialmente mais participativos do que os não filiados. Os dados disponíveis não permitem sustentar essa afirmação” (p. 97).

Uma lacuna a ser apontada é a falta da justificativa para a escolha das categorias que compõem o painel de análise. O autor poderia, por exemplo, apresentar dados sobre o quão representativas do movimento sindical paulista são essas categorias.

O capítulo seguinte trata da importância da representação por local de trabalho no âmbito da reforma da estrutura sindical. A OLT pode ser instituída através de legislação específica ou de negociação coletiva. Apresenta-se, então, a legislação existente no País. A negociação coletiva, porém, é mais vantajosa, pois: (a) a construção das regras pelas partes para instituição da OLT estimula seu cumprimento; e (b) estas adquirem maior autonomia frente ao Estado, rompendo com a “tradição estatutário-autoritária das relações de trabalho no Brasil” (p. 124).

Isto, porém, pressupõe a igualdade de poder entre as partes — capital e trabalho. Cardoso argumenta que o trabalho é o lado mais fraco. Além disso, a diferença de força entre os sindicatos poderia acarretar disparidades significativas de representação no local de trabalho por categorias e regiões. Assim, a proteção à OLT não deve prescindir de legislação específica em nosso país.

Para encerrar o capítulo discute-se ainda o porquê da lentidão na implementação dessa legislação (dada a restrição colocada pela resistência patronal), já que as principais centrais sindicais são favoráveis à representação no local de trabalho. O autor aponta como explicação o receio de perda de controle por parte dos sindicatos (ou autonomia excessiva das OLTs diante destes).

No quinto e último capítulo questionam-se os argumentos contrários ao FGTS e à Justiça do Trabalho, mostrando que estes seriam desprovidos de sustentação empírica.

O primeiro argumento prevê que a possibilidade de acesso imediato ao pecúlio do FGTS estimula o trabalhador a sair da empresa, principalmente em épocas de prosperidade econômica ou baixo desemprego. Esta, por sua vez, demite os trabalhadores com menos tempo de casa, devido à multa rescisória. Ou seja, há um estímulo à rotatividade.

Os dados da RAIS apontam maior correlação entre nível de atividade econômica e demissões para os empregados com menor tempo de casa (até três meses). Para esses trabalhadores, porém, não seria racional sair do emprego, já que: (a) seu pecúlio é muito baixo; (b) há grande probabilidade de deslocamento para a economia informal, onde há perspectiva de menor rendimento; e (c) o tempo de procura por uma nova ocupação é elevado em comparação à indenização recebida (e também frente ao período de cobertura do seguro-desemprego, embora o autor não o diga).

Em suma, essas demissões são produto do comportamento do empregador, ao ajustar seu efetivo de mão-de-obra conforme a sazonalidade de sua produção. O fim do FGTS em nada modificaria essa situação, podendo até exacerbá-la.

Com relação à Justiça do Trabalho, argumenta-se que esta estimula relações pouco cooperativas. O empregado não reclama do descumprimento da legislação devido ao temor da perda do emprego, mas entra com processo contra a empresa imediatamente após sair dela. O empregador, por sua vez, não cumpre a legislação, pois antevê a possibilidade de um acordo na Justiça, onde acabaria pagando menos. Para Cardoso, de acordo com este argumento deveria haver uma associação entre o ritmo de demissões e de processos. O cruzamento de dados da RAIS e do TST não sustenta essa hipótese.

Além disso, se as empresas descumprem a legislação porque têm força para tanto, a flexibilização das garantias legais tenderia a acentuar ainda mais a disparidade de poder entre capital e trabalho.

Na opinião do autor a elevada rotatividade e o viés na demissão dos empregados com menos tempo de casa representam a opção racional das empresas devido aos custos de treinamento. A consequência: sub-oferta de treinamento, dada a manutenção de um núcleo restrito de empregados nos quais se investe e demissão dos funcionários com menos tempo de casa nos momentos de crise.

Na conclusão do livro, Cardoso enumera al-

guns pontos para a reforma da estrutura sindical, fruto das discussões anteriores. São eles: (a) necessidade de legislação de apoio à OLT; (b) fim do imposto sindical; (c) manutenção temporária da unicidade sindical (até que ocorra uma readequação da representação das bases de sindicatos que porventura venham a ser extintos ou fundidos); (d) fim do poder normativo da Justiça do Trabalho; e (e) criação dos contratos coletivos de trabalho.

Bem escrito, apresentando questões instigantes e pontos de vista alternativos, este livro constituiu-se em leitura obrigatória para os estudiosos e interessados no tema.

*Marco Antonio Jorge*

Doutorando em economia pela Fundação  
Getúlio Vargas/SP e  
professor da Universidade Mackenzie

## ***Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil***

Pedro Ramos

*São Paulo, Hucitec, 1999*

Pedro Ramos, do Instituto de Economia da UNICAMP, acaba de lançar seu livro pela Hucitec, originalmente apresentado como tese de doutorado na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas.

O livro está organizado em três capítulos. O primeiro mostra o início e a estruturação da economia canavieira no Brasil, buscando revelar os alicerces nos quais esse segmento socioeconômico criou raízes e se expandiu no país. O segundo faz uma análise do forte e intenso processo de intervenção estatal na agroindústria na era moderna, já dentro do período da República Nova, no pós-1930, seguindo até meados dos anos 1980, quando o Programa Nacional do Alcool atinge seu auge.

No último capítulo encontra-se sua contribuição original, após a ampla e concatenada sistematização anterior realizada. Nela o autor trata analiticamente de demonstrar a essência conservadora do processo de desenvolvimento desse complexo agroindustrial, à luz da constituição dos modernos complexos da laranja e da soja. E conclui que o vetor principal de sua transformação reside exatamente nas relações das usinas de açúcar com a propriedade da terra, ressaltando a força do patrimonialismo como freio à inovação e transformação social plenas.

A divisão do trabalho entre a agricultura e a indústria, na cana-de-açúcar, sofreu um processo de “siamização”, uma vez que a separação entre ambos setores não se completou integralmente, impedindo a especialização de funções que é um fenômeno essencial para que se verifique um desenvolvimento capitalista mais eficiente. Mas é evidente que sempre existiu funcionalidade nessa ocorrência, a qual se manifesta, de um lado, pelo exercício do poder político que a concentração fundiária trouxe no Brasil, e, de outro, pela maior apropriação do excedente do trabalho, ajudando a expli-

car, inclusive, a nossa injusta distribuição de renda.

Como enfatiza o autor, o problema é que essa integração agricultura-indústria na agroindústria canavieira acabou sendo resultado de uma base social e histórica, construída não pela concorrência inter-capitalista, mas pela herança do nosso passado arcaico, escravocrata e latifundiário.

A comparação entre essa evolução e o desenvolvimento dos modernos complexos agroindustriais, com base nas atividades citrícolas e na cultura da soja — geradoras dos sucos concentrados e de óleos vegetais — no mesmo país e submetidos às mesmas circunstâncias gerais do processo de modernização e industrialização, demonstra a força do passado na formação da atual agroindústria canavieira e sua validação pela política governamental.

A importância desse livro de Ramos pode ser destacada pela base que fornece à reflexão das necessárias transformações que este setor precisa enfrentar, dada a concorrência a seus produtos nos mercados externos e no mercado doméstico, acirrada pelas mudanças na política pública, antes plenamente intervencionista para outra de fundo regulatório. Em outras palavras, a nova divisão de trabalho que urge ser implantada nessa agroindústria brasileira precisa romper com os liames do passado não-capitalista, para que as mudanças organizacionais aconteçam, e o progresso técnico possa fluir eficientemente, criando as condições que permitam obter reduções de custos e ganhos com as economias de tamanho, através da introdução de novos processos e produtos, aumentando dessa maneira sua competitividade.

*Alceu Veiga Filho*

Instituto de Economia Agrícola,  
da Secretaria de Agricultura e Abastecimento  
do Estado de São Paulo

## *Novíssimo dicionário de economia*

Paulo Sandroni

São Paulo, Best Seller, 1999

O *Dicionário de economia* foi publicado pela primeira vez em meados da década de 80, como um dos livros que compunham a coleção Os Economistas. Apresentando cerca de 1.500 conceitos, desde aquele momento, ficou patente a importância do trabalho, bem como sua originalidade.

O trabalho foi revisto e atualizado por duas vezes, em 1989 e 1994, quando foram incorporados aproximadamente mil novos verbetes, que, além de apresentarem novos conceitos teóricos, tratavam de temas relacionados com a economia brasileira.

Como o próprio Paulo Sandroni afirma na apresentação do trabalho, “o dicionário é obra aberta, que não comporta ponto final”. Prova concreta disso, é que esta é a terceira revisão e atuali-

zação do texto original, com a incorporação de aproximadamente 1.500 novos verbetes, que demonstram o cuidado e a seriedade com que o trabalho de pesquisa foi realizado.

São mais de 4 mil verbetes que cuidam de explicar desde os conceitos fundamentais para a análise econômica, até aqueles que foram incorporados ao dia-a-dia do brasileiro, como o processo de globalização, ataques especulativos à moeda, crise do sudeste asiático, desvalorização cambial etc. É portanto, uma obra indispensável àqueles que, independentemente de estudarem economia, preocupam-se em dominar os conceitos econômicos para poderem entender a economia.

Francisco Humberto Vignoli  
Departamento de Economia  
da Fundação Getúlio Vargas/SP

### NOTA AOS EDITORES

Pedimos encaminhar à *Revista de Economia Política* exemplares de livros publicados, a fim de serem resenhados. Os resenhadores interessados receberão cópia dos livros enviados.

#### **Agradecemos o envio dos seguintes livros:**

Editora Campus: Fabio Giambiagi e Ana Cláudia Além *Finanças públicas — Teoria e prática no Brasil*. Rio de Janeiro, 1999.

Editora Campus: Hal R. Varian *Microeconomia — Princípios básicos*. Rio de Janeiro, 1999.

Editora Campus: Eugene F. Brigham e Joel F. Houston *Fundamentos da moderna administração financeira*. Rio de Janeiro, 1999.

Editora Campus: José Cláudio Ferreira da Silva *Modelos de análise macroeconômica*. Rio de Janeiro, 1999.

Editora Campus: N. Gregory Mankiw *Introdução à economia*. Rio de Janeiro, 1999.

Editora Paz e Terra: Celso Furtado *O longo amanhecer*. São Paulo, 1999.

Editora Contexto: Marcio Pochmann *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo, 1999.

Editora 34: Guido Mantega e José Marcio Rego *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo, 1999.